



# Prefeitura Municipal de Mucurici

Estado do Espírito Santo

Gabinete do Prefeito

**LEI N° 789/2022**

***DISPÕE SOBRE INCENTIVO FISCAL  
PARA AS INDUSTRIAS/EMPRESAS  
INTERESSADAS EM SE INSTALAR  
NO POLO INDUSTRIAL DE  
MUCURICI, E DA OUTRAS  
PROVIDENCIAS.***

O Prefeito Municipal de Mucurici, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais inseridas no inciso V, do Art. 68 da Lei Orgânica Municipal, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1º** Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a conceder, mediante decreto, incentivos fiscais para empreendimentos/empresas/indústrias interessadas em se instalarem no Polo Industrial de Mucurici.

**Parágrafo Único.** Fica autorizada, desde já, a inclusão destes incentivos no Plano Plurianual e na Lei de Diretrizes Orçamentárias

**Art. 2º** Os incentivos fiscais a serem oferecidos pelo Município serão limitados:

I - O Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN) não será objeto de concessão de isenções, incentivos ou benefícios tributários ou financeiros, inclusive de redução de base de cálculo ou de crédito presumido ou outorgado, ou sob qualquer outra forma que resulte, direta ou indiretamente, em carga tributária menor que a decorrente da alíquota mínima fixada no âmbito federal, exceto para os serviços a que se referem os subitens 7.02 e 7.05 e 16.01 da lista Anexa à Lei Complementar Federal nº 116/2003;

II - Isenção de taxas no âmbito municipal para a concessão dos Alvarás Municipais referentes à construção e o funcionamento da sede e suas filiais;

III - Em até 100% (cem por cento) do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU);



# Prefeitura Municipal de Mucurici

Estado do Espírito Santo

Gabinete do Prefeito

IV - Em ate 100% (cem por cento) do Imposto de Transmissao de Bens Imoveis (ITBI), incidentes sobre aquisigao do imovel pela empresa, destinado a sua instalagao, ou ampliagao;

**Art. 3º** Fica tambem autorizado o Chefe do Poder Executive a conceder maquinas, equipamentos e pessoal para as obras de terraplenagem da area utilizada para a construgao da sede e ou unidade fabril da empresa interessada.

**Art. 4º** É obrigatorio as empresas que tenham interesse de serem alcangadas pelos beneficios desta lei, que sejam contratadas mao de obra local, excetuando-se a contratagao de profissionais com habilidades especificas, desde que nao disponivel no Municipio.

**Art. 5º** Os interessados na concessao de incentivos fiscais devem apresentar requerimento ao municipio, instruindo-o com os seguintes documentos:

I - Titulo de dominio do imovel;

II - Copias dos atos constitutivos da empresa devidamente registradas nos orgaos competentes;

III - Copia dos documentos pessoais do representante legal da empresa, o qual tern legitimidade para pleitear os beneficios desta Lei;

IV - Prova de inscrigao no Cadastro Nacional de pessoas Juridicas - CNPJ;

V - Planta e projeto executive devidamente aprovado pelo Municipio;

VI - Copia da Carta de Anuencia expedida em favor do empreendimento;

VII - Certiddes negativas de debitos tributaries Municipal, Estadual e Federal.

**Art. 6º** Fica instituido o Comite Especial de Avaliagao do Municipio de Mucurici/ES, composto por urn presidente e dois membros nomeados mediante decreto municipal, que sera responsavel pela analise e decisao dos requerimentos de concessao dos incentivos fiscais requeridos conforme artigo 5º desta lei.

**Paragrafo Único.** O Comite Especial de Avaliagao do Municipio de Mucurici/ES examinara, por ordem cronologica de entrada, os requerimentos de incentivos fiscais, analisando os seguintes requisitos a serem demonstrados pela empresa requerente em sua justificativa formal:



# Prefeitura Municipal de Mucurici

Estado do Espírito Santo

Gabinete do Prefeito

- I - Viabilidade econômica e financeira do empreendimento;
- II - Geração de emprego e renda;
- III - Conformidade do empreendimento com a Lei Municipal aplicável ao uso e ocupação do solo;
- IV - Utilização da matéria-prima existente no Município ou insumos industriais fornecidos por empresas locais;
- V - Aproveitamento preferencial da mão-de-obra local;
- VI - Impacto ambiental.

**Art. 7º** As empresas beneficiárias terão prazo de até 60 (sessenta) dias, após a expedição do Decreto para dar início à execução do investimento programado, sendo que o não cumprimento do prazo torna ineficaz o ato normativo concessivo do benefício.

**Parágrafo Único.** A dilatação deste prazo só será possível mediante comprovação justificada pela empresa das causas no atraso da conclusão dos investimentos, a critério da Administração Pública.

**Art. 8º** A mudança na propriedade ou na estrutura jurídica da empresa não afetará os incentivos e benefícios da presente Lei, desde que seja requerido no prazo de 30 (trinta) dias da alteração.

**Art. 9º** O Chefe do Poder Executivo, visando decidir os requisitos indicados no artigo 6º, fará constar no decreto que outorgar a concessão de incentivos fiscais de que trata esta Lei:

- I - A denominação da Empresa beneficiária, CNPJ, inscrição estadual;
- II - A denominação da empresa contratante, CNPJ, inscrição estadual, quando for o caso;
- III - A identificação das espécies tributárias municipais a que esta desobrigada de recolher;
- IV - A definição dos percentuais de isenção nos incentivos concedidos;
- V - O prazo de vigência dos incentivos fiscais será de até 5 (cinco) anos, podendo ser prorrogado, por igual período, a critério da Administração;
- VI - As obrigações a serem cumpridas durante o período do benefício fiscal.



# Prefeitura Municipal de Mucurici

Estado do Espírito Santo

Gabinete do Prefeito

**Paragrafo Único.** O prazo de vigencia a que se refere o inciso V deste artigo podera ser ampliado em ate 10 (dez) anos, prorrogavel por igual periodo, quando tratar-se de empreendimento cujo investimento seja superior a dois milhoes de reais.

Art. 10° Esta Lei entrara em vigor na data de sua publicagao, revogadas as disposicoes em contrario.

Gabinete do Prefeito, 09 de fevereiro de 2022.

  
**Atanael Passos Wagnacker**  
Prefeito Municipal